



CÓD: OP-037JH-23  
7908403536986

# **SANTOS-SP**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS – SÃO PAULO**

Operador Social

**EDITAL Nº 20/2023**

## ***Língua Portuguesa***

1. Interpretação de texto .....	5
2. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras .....	13
3. Ortografia Oficial.....	16
4. Pontuação .....	17
5. Acentuação .....	18
6. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações) .....	19
7. Concordância verbal e nominal .....	26
8. Regência verbal e nominal.....	27
9. Crase .....	28
10. Colocação pronominal .....	29

## ***Raciocínio Lógico***

1. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem.....	37
2. Princípios de contagem e probabilidade.....	58

## ***Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal***

1. Lei Orgânica do Município de Santos (atualizado e/ou alterado) .....	65
2. Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Santos (atualizado e/ou alterado) .....	94

## ***Conhecimentos Específicos***

### ***Operador Social***

1. Bases para formação da família. As funções da família .....	113
2. Conflitos e relações interpessoais.....	119
3. Constituição Federal de 1988 e alterações subsequentes: Dos direitos e garantias fundamentais – artigos 5º a 17, Da Ordem Social – artigos 193 a 232 .....	122
4. Código Civil Brasileiro – Lei n.º 10.406/2002: Livro I – Título I – Das pessoas naturais .....	143
5. Noções da Lei Orgânica da Assistência Social .....	152
6. Da Política de Assistência Social.....	162
7. Sistema Único da Assistência Social (SUAS) .....	186
8. Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência.....	188
9. Noções sobre Direitos Humanos.....	194
10. Noções sobre os Serviços da Proteção Social Básica .....	200
11. Serviços da Proteção Especial .....	204
12. Noções do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) .....	205
13. Instrumentos e técnicas de entrevistas e orientação familiar para elaboração de diagnóstico situacional .....	216
14. Noções sobre Desenvolvimento da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso .....	221

---

---

## ÍNDICE

---

15. Noções sobre pessoas em situação de rua .....	225
16. Noções sobre substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.....	231
17. Doença mental.....	237
18. Doenças infectocontagiosas.....	250
19. Noções sobre Violência Doméstica contra a criança, o adolescente, a mulher e o idoso .....	271
20. Noções sobre os Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência e população em situação de rua .....	282
21. Noções sobre o Cuidado com a Criança.....	283
22. Noções sobre Cuidados com o Deficiente e o Idoso .....	287
23. Noções sobre atividades lúdicas, recreativas, em grupo .....	293
24. Noções sobre Cidadania .....	295
25. Trabalho e Ações Comunitárias.....	298
26. Estatuto da Criança e do Adolescente .....	301
27. Estatuto da Pessoa Idosa .....	339
28. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	350

---

- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

### ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseje que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

### Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

#### Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

*Alex José Periscinoto.*

*In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2*

- **Monoparental masculina simples:** família em que apenas o pai está presente no domicílio vivendo com seus filhos e, eventualmente, com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Não há mais nenhuma pessoa maior de 18 anos, que não seja filho, morando no domicílio.

- **Monoparental feminina extensa:** família em que apenas a mãe está presente no domicílio vivendo com seus filhos e ainda com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade e outros adultos sem filhos menores de 18 anos, parentes ou não.

- **Monoparental masculina extensa:** família em que apenas o pai está presente no domicílio vivendo com seus filhos e ainda com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade e outros adultos sem filhos menores de 18 anos, parentes ou não.

- **Nuclear extensa:** família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio vivendo com seus filhos e outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, além de outros adultos, parentes ou não do pai e/ou da mãe.

- **Família convivente:** famílias que moram juntas no mesmo domicílio, sendo ou não parentes entre si. Cada família pode ser constituída por “pais-mãe-filhos”, por “pai-filhos”, ou por “mãe-filhos”. Outros adultos sem filhos, parentes ou não, podem também viver no domicílio. Nessa categoria foram também agrupadas as famílias compostas de duas ou mais gerações, desde que, em cada geração, houvesse pelo menos uma mãe ou um pai com filhos até 18 anos.

- **Família nuclear reconstituída:** família em que o pai e/ou a mãe estão vivendo uma nova união, legal ou consensualmente, podendo também a companheira ou o companheiro ter filhos com idade até 18 anos, vivendo ou não no domicílio. Outros adultos podem viver no domicílio.

- **Família de genitores ausentes:** família em que nem o pai nem a mãe estão presentes, mas na qual existem outros adultos (tais como avós, tios) que são responsáveis pelos menores de 18 anos.

- **Família nuclear com crianças agregadas:** família em que o pai e a mãe estão presentes no domicílio com seus filhos e também com outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Não há outro adulto morando no domicílio.

- **Família colateral:** aquela composta por irmãos e irmãs maiores e/ou menores de 18 anos, sem a presença dos pais, de qualquer outro parente ou adulto não parente.

- **Família homoparental:** aquela composta por um casal formado de pessoas do mesmo sexo, com os filhos nascidos de uniões heterossexuais anteriores, de um ou de ambos os parceiros, ou com filhos adotados menores de 18 anos.

Esta lista não é definitiva, porque, como já vimos, as famílias são dinâmicas e se transformam ao longo da história. O objetivo desta lista é mostrar a diversidade de organização e dinâmica familiar. Esta diversidade traz enormes desafios para todos nós, especialmente para os que trabalham diretamente com as famílias, realizando cotidianamente as políticas de assistência social que visam à promoção e ao exercício da cidadania de homens e mulheres, à proteção dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos.

### Funções da Família

- A proteção de seus membros, em especial as crianças, os adolescentes, os jovens e os idosos. Para que esta função se cumpra, os membros da família negociam internamente a divisão de papéis e de tarefas. Além disso, a família pode necessitar de uma série de equipamentos sociais, públicos ou privados, que a auxiliem a desempenhar suas funções.

- A divisão do trabalho e a divisão interna de papéis que facilitam a sobrevivência do grupo e a manutenção do domicílio.

- A aprendizagem dos papéis de homens e mulheres, adultos e crianças. Estes papéis são variados entre as diversas sociedades e culturas.

- A vivência da sexualidade e da afetividade. As famílias são organizadas por regras que regem a vivência da sexualidade e da afetividade, compartilhadas pela sociedade em geral. O incesto é proibido, o abuso sexual contra crianças e jovens deve ser combatido. Quando estes fatos acontecem, são tratados como violação das leis e dos direitos individuais, e os autores de tais atos são responsabilizados e punidos.

- As relações entre parentes. Cada membro experimenta vários tipos de relações dentro do seu grupo familiar. Por exemplo, a relação entre pais e filhos é diferente daquela vivida entre irmãos. Existem expectativas distintas sobre cada membro do grupo familiar e seus parentes: o grau de obediência e solidariedade devida, os limites da autoridade de cada um, a regulação das trocas afetivas, entre outras. Nesse conjunto é que serão definidas as relações entre mães-filhos, pais-filhos, genros-sogros, tios-sobrinhos, irmãos-irmãs.

### Famílias em Situação de Risco

A palavra RISCO tem muitos sentidos: aventura, incerteza, imprudência, imprevidência, perigo, entre outros. Nos jornais, a palavra RISCO muitas vezes vem acompanhada de outras: investimento de risco (na economia); esporte de risco (o alpinista radical que escala a montanha mais alta do mundo); comportamento de risco (na área da saúde).

O RISCO envolve dimensões negativas e positivas. Na época das chuvas, são divulgadas as condições das áreas de RISCO de uma cidade que devem ser evitadas porque são perigosas e os deslizamentos de terra podem causar mortes. Esta é uma dimensão negativa.

O RISCO-aventura está ligado a uma ideia de superar obstáculos e vencê-los. No esporte radical, há risco, e vencê-los é o objetivo do esportista. O investidor de valores corre RISCO para ganhar dinheiro. Há profissões de RISCO, como a dos bombeiros, que são muito valorizadas pela população.

A ideia do risco está relacionada ao planejamento do futuro e à invenção de meios para avaliar os riscos, com o objetivo de preveni-los e controlar as situações que produzem riscos.

No campo das políticas públicas voltadas para as famílias e suas crianças e seus adolescentes, encontramos frequentemente as expressões “famílias em situação de risco social” e “crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”. Qual o sentido deste RISCO?

As famílias em situação de risco pessoal e social têm sido descritas como famílias cujos membros apresentam baixo grau de escolaridade e recursos econômicos e culturais limitados ou precários. Além disso, os estudiosos e os trabalhadores sociais que lidam diretamente com as famílias em situação de risco têm percebido que tais famílias mostram padrões de comunicação e de socialização difíceis em relação às crianças, o que muitas vezes leva ao risco da violência ou da fragilização dos vínculos.

Não se trata de afirmar que somente as famílias pobres estejam em risco pessoal e social, e sim que as condições exacerbadas de carência material e cultural são um fator que contribui para a precarização das relações afetivas.

As famílias vivem em um contexto social mais amplo e, neste sentido, é preciso considerar que a precarização do mundo do trabalho – quer dizer, a diminuição dos postos de trabalho em todo o mundo, as longas jornadas, a diminuição dos salários, aliadas à baixa escolaridade e formação profissional – são determinantes na produção da pobreza e da exclusão social.

Muitas vezes, o risco só é percebido quando um problema se manifesta.

**Exemplo:**

Situação: a criança fora da escola.

É um problema, uma violação do direito à educação da criança, previsto no ECA.

É um risco imediato, porque, quando não está na escola, a criança pode estar na rua exposta a toda sorte de violência, ser explorada tendo de trabalhar, seja no espaço público ou doméstico, e também é um risco futuro, porque a baixa escolaridade vai levá-la a postos precários de trabalho, à exclusão social e à perpetuação da pobreza.

É preciso verificar por que aquela criança está fora da escola. Esta situação pode revelar uma série de problemas:

- não há vagas na escola?
- há vaga em uma escola muito distante de sua casa?
- a criança não foi matriculada porque não tem Certidão de Nascimento?
- a criança não frequenta a escola porque trabalha?
- a criança não frequenta a escola porque está doente?

Examinando o problema atual de cada família, encontramos a situação de risco que o gerou, assim como o problema atual gera outros riscos futuros. A expressão círculo vicioso dá a ideia dessas relações entre os problemas atuais e os riscos futuros.

**Enfrentando os Riscos**

Para enfrentar os riscos, é preciso acionar a rede, estabelecer parcerias com as instituições públicas e comunitárias, e, mais importante, considerar a potencialidade das próprias famílias. Elas precisam ser acolhidas, pois são pontos da rede de proteção às crianças e aos adolescentes.

**Ações Primárias**

Elas têm um caráter preventivo. Os espaços da escola, da unidade de saúde, das igrejas, dos centros de convivência oferecem múltiplas possibilidades para os encontros entre as famílias.

- Rodas de conversação sobre temas de interesse das famílias: educação dos filhos, saúde, sexualidade, construção de autonomia e de limites, entre tantos outros.

- Transmissão de habilidades, ou seja, encontros intergeracionais para o compartilhamento de receitas culinárias, formas de cultivo de hortas domésticas, confecção de brinquedos, brincadeiras, artesanato.

- Exibição de filmes, seguida de debate, de compartilhamento da apreciação do filme.

- Conferências planejadas, de modo a permitir a participação de todos.

- Programas de geração de renda: inclusão dos adultos da família em cursos de capacitação para o trabalho e em iniciativas para a geração de renda.

Estas são algumas sugestões para que as relações comunitárias, estabelecidas pelas famílias, façam parte do cotidiano do bairro, da vila, da comunidade.

**Ações Secundárias**

Elas têm caráter de restauração, de reparação de um dano causado nos vínculos familiares entre pais e filhos. Podemos entender a medida socioprotetiva de acolhimento institucional de crianças e adolescentes como uma ação secundária que visa proteger a integridade física, emocional e moral da criança e do adolescente e estabelecer mediações com as instituições operadoras do Direito, a própria família e a comunidade, para que a situação de violação dos direitos seja superada. Tomada isoladamente, a medida de acolhimento é limitada e precisa estar associada a outras ações.

- Atendimento especializado para o caso de os membros da família usarem ou abusarem de drogas lícitas ou ilícitas; e psicoterápico para a criança e o adolescente.

- Atendimento psicoterápico para a família.

- Atendimento psicoterápico para a criança e o adolescente.

- Capacitação dos trabalhadores sociais envolvidos no acolhimento de crianças, adolescentes e seus familiares.

**Ações Terciárias**

As ações terciárias têm a conotação de reabilitação, uma vez esgotadas as possibilidades de prevenção e restauração dos vínculos partidos com a família de origem ou extensa. É preciso construir as possibilidades para a formação de novos vínculos, tanto com a família substituta quanto com os novos espaços comunitários, e ainda ter cuidado com o risco de institucionalização permanente de crianças e adolescentes.

- Possibilitar a aproximação com as famílias substitutas.

- Atendimento psicoterápico para a criança e ao adolescente.

**Família Contemporânea**

A família passou por várias transformações na segunda metade do século XIX: ampliou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades, observando-se as diferenças entre as classes sociais, pois as mulheres mais pobres, em sua grande maioria, continuavam com pouca qualificação e baixa escolaridade.

O casamento sofreu transformações, sendo efetivado através da anuência do casal, com a livre escolha do parceiro, e norteadas principalmente pela afinidade entre o casal e por fatores afetivos e emocionais com bases no amor romântico.

A tradicional família nuclear apresenta transformações. Além do pai, a esposa e os filhos inserem-se no mercado de trabalho, auxiliando nas despesas e na manutenção da família, alterando padrões de hierarquia, autoridade e sociabilidade.

Surge a família contemporânea que é construída através de uma somatória de experiências e trajetórias particulares, manifestando-se através de arranjos familiares diferenciados e peculiares, denotando a impossibilidade de identificá-la como um padrão familiar uniforme e ideal.

Dentre os vários arranjos familiares, podem-se citar as famílias:

- reconstituídas, que são aquelas em que, após a separação conjugal, o indivíduo constitui uma nova família;

- constituídas através de uniões estáveis;

- monoparentais femininas;

- monoparentais masculinas;

- nas quais avós moram e cuidam de seus netos;

- unipessoais;

- formadas por uniões homossexuais.